



Terça-feira, 06 de julho de 2021 às 13:49, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3138407: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021**

ENTIDADE

Câmara de Vereadores de Itá

MUNICÍPIO

Itá



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3138407>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021

1. **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação dos serviços de troca e pintura do para-choque dianteiro do veículo Marca: VW Voyage, Ano 2009, Modelo 2010, Placa: MGH 2555 de propriedade do Poder Legislativo Municipal, devido a sinistro ocorrido com o mesmo, sendo que o valor dos serviços já foi reembolsado pela seguradora aos cofres desta Câmara Municipal.

1. **MOTIVAÇÃO DA DECISÃO:**

Tendo em vista a necessidade de concerto e manutenção do veículo supracitado, o Poder Legislativo autorizou abertura do processo de dispensa de licitação para contratação dos serviços de pintura e substituição do para-choque dianteiro do veículo automotor, Marca: VW Voyage, Ano 2009, Modelo 2010, Placa: MGH 2555 de propriedade do Poder Legislativo Municipal. Nesse sentido, é notório que nos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade, não existe a obrigatoriedade de cumprimento de todas as etapas formalizadas na Lei 8.666/93, que são fundamentais em um procedimento normal de licitação. Mesmo assim, devemos atentar para os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública, conforme ensina Antônio Roque Citadini: *"Conquanto esteja desobrigado de cumprir tais etapas formais, não estará o administrador desobrigado da obediência aos princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim, será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios: da legalidade (a dispensa deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa); da impessoalidade (a contratação direta, ainda que prevista, não deverá ser objeto de protecionismo a um ou outro fornecedor); da moralidade (a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto parcimonioso dos recursos públicos, que deve nortear a ação do administrador); da igualdade (a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de um ou outro ente privado perante a Administração); da publicidade (embora restrita, a contratação direta não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam os outros fornecedores, bem como os cidadãos em geral); e da probidade administrativa (que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras)".* Dentro destes princípios é que deve se nortear o presente processo de dispensa de licitação, sendo que todos os esforços para se obter um valor justo e uma empresa idônea foram observados.

2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

A Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a contratação dos serviços afigura-se dentro da

situação prevista em lei. Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a contratação direta dos referidos serviços, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 24, II do referido diploma, *verbis*: “Art. 24. É dispensável a licitação: II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)”. Note-se, pois, que a Lei autoriza a dispensa de licitação para contratação de serviços cujo valor não seja superior a 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea “a”, inciso II, do art. 23 e ainda, o Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 estabelece o que segue: “Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos: [...] II - para compras e serviços não incluídos no inciso I: a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);[...]”. Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, pois o valor limite para a dispensa de licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), realizando a contratação direta para não ocasionar prejuízos, conforme estabelece a Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Itá-SC, 05 de Julho de 2021.

EVERALDO ANTÔNIO SALVI
PRESIDENTE

ANALISADO E APROVADO

ANA CARLA PORN LOPES DA SILVA
OAB/SC 33366